

ATA DE REUNIÃO

Nº: 12/2015

Tema: Sistema eGestão

Local: Gabinete Coordenador e-Gestão **Data:** 31/12/2015 **Relator:** Railuze Saback**Envolvidos**

Participantes	Empresa/Departamento	Assinatura
FIRMO FERREIRA LEAL NETO	COORDENADOR GRUPO GESTOR REGIONAL E-GESTÃO	
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK	COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISA	
DANIELA RAMOS ALVES SAMPAIO	COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISA	
MARIA MADALENA OLIVEIRA DE BRITO CUNHA	REPRESENTANTE 1º GRAU	
WELLINGTON OLIVEIRA DE ALMEIDA	SECRETARIA COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA 1º GRAU	
LAULITO MENDES PORTO	GAB DES MARIA DE LOURDES LINHARES	
FABRÍCIO MONTEIRO ROCHA	COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DE PESSOAS	
ADRIANO HENRIQUE SCHULTZ	SECRETARIA DE INFORMÁTICA	
ANDRÉ LUIS NUNES MUNIZ	SECRETARIA DE INFORMÁTICA	

Objetivo

Aprovação das atividades mensais relacionadas ao Sistema e-Gestão.

Assuntos Tratados

A Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TRT5 (CESTP) propõe ao Coordenador do Grupo Gestor Regional encaminhamento de ofício aos Desembargadores do Trabalho informando a respeito das novidades advindas com nova versão do Extrator de Dados do PJe.

Em reunião no dia 02/12, ficou deliberado pelo Gestor Regional a expedição do ofício nos seguintes termos:

“Informamos que a versão 2.1 do Extrator de dados do PJe, disponibilizada pelo CSJT, foi implantada nesta data e será utilizada para obtenção dos dados, no Sistema e-Gestão, a partir do mês de novembro.

Essa nova versão do Extrator de Dados prevê diversas correções, melhorias e recursos de aprimoramento do processo de integração entre os Sistemas PJe e e-Gestão; dentre estes a solução para atender ao Provimento CGJT Nº 3/2015, de modo a considerar a data da distribuição como o início do prazo para relatar recursos, distribuídos desde janeiro/2015. Lembramos que esse controle já foi implementado para os processos físicos desde janeiro/2015, conforme Ofício GGREG 01/2015 encaminhado aos Gabinetes.

Como é de conhecimento dos gabinetes, a falta de alinhamento entre as regras de negócio do Extrator e as novas funcionalidades do Sistema PJe resultou em inconsistências na apuração dos processos pendentes para relatar, quando suspensos ou sobrestados pelo gabinete. Visando contornar a situação apresentada à época, a CESTP encaminhou orientação no sentido de se proceder ao encerramento da conclusão após o movimento “Suspenso o processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente”.

"Com a implantação dessa nova versão do Extrator, bem como, o advento de tarefa própria no Sistema PJe para o controle dos processos suspensos/sobrestados, verificamos que aqueles ajustados na situação acima descrita, surgirão - indevidamente - na pendência para o relator. Por enquanto, identificamos as duas situações a seguir, que já poderão ser ajustadas pelos gabinetes:

- 1- Na tarefa “Aguardando final do sobrestamento”, encerrar o sobrestamento-Suspensão;
 - a. Próxima ação: Sobrestamento
 - b. Escolher novamente o movimento “Suspenso o processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente”.

- 2- Na tarefa “Aguardando providências”;
 - a. Próxima ação: Análise de Gabinete
 - b. Próxima ação: Sobrestamento
 - c. Escolher novamente o movimento “Suspenso o processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente”.

Destacamos, ainda, que a partir de agora, nos processos encaminhados ao MPT e para cumprimento de diligências no 1º grau serão exigidos os seguintes movimentos para sua retirada do cômputo do relator:

- **Para remessas ao MPT**
APENAS CONSIDERADAS SE HOUCER NO HISTÓRICO DO PROCESSO OS TRÊS MOVIMENTOS:
Conclusão para **DESPACHO** (nome magistrado)
O movimento “Requisição de Informações”
Expedição da notificação em que o destinatário é do tipo *custus legis*

- **Para cumprimentos de diligências (1º grau)**
APENAS CONSIDERADA SE HOUCER NO HISTÓRICO DO PROCESSO OS TRÊS MOVIMENTOS:
Conclusão para **DESPACHO** (nome magistrado)
O movimento “Conversão julgamento em diligência”
Remetidos os autos para **Órgão Jurisdicional Competente para diligência**

À medida que concluir os testes para outras situações, a CESTP encaminhará novas orientações aos gabinetes.

Solicitamos que outras inconsistências sejam reportadas à CESTP por meio do email cestp@trt5.jus.br, que as encaminhará a equipe nacional responsável pelo Extrator-PJe.”

A Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TRT5 (CESTP) solicitou diversas implementações no Sistema e-Gestão dos Processos Físicos (SAMP), diretamente à Secretaria de Tecnologia e Informação (SETIC-TRT5), tendo em vista as atribuições pertinentes ao setor relativas à análise de ajustes e melhorias do sistema e, ainda, à atividade de acompanhamento das validações mensais dos dados remetidos ao TST.

Seguem pedidos realizados em ordem cronológica:

SISTEMA EGESTÃO 1º GRAU

- a) **Novo manual e-Gestão** - Foi enviado a SETIC-TRT5 documento com especificação das alterações necessárias para adequar o Sistema eGestão aos novos manuais liberados dia 09/dez/15 de 1ª e 2ª instancias.
- b) **Semana de inspeção** - Desabilitar regras de validação de 11 a 15/01/2016 em razão da semana de inspeção, nos mesmos moldes do redmine 10656 , e reabilita-las em 16/01/2016.
- c) **Validação** - Verificar se o lote 3 não possui erros de validação do 1º grau

SISTEMA EGESTÃO 2º GRAU

- a) **Pendencia de julgamento** - Colocar a tramitação 57255 no rol de entrada dos itens 2198 e 2199, caso não existam. A partir de 01/11/2015.

A Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TRT5 (CESTP) solicitou informações, propôs melhorias e apontou erros quanto ao Extrator de Dados do PJe, interagindo diretamente com Grupo de Trabalho Técnico em Brasília; considerando as

atribuições dessa unidade relativas ao acompanhamento de novas versões dessa ferramenta e à verificação contínua da qualidade dos dados consolidados para processos PJe.

Seguem consultas realizadas em ordem cronológica:

a) EG-488 01/12/16

Precisamos de esclarecimentos em relação ao AP-0000226-90.2013.5.05.0161 que, nos extrator 2.1 passou a apurá-lo no prazo vencido (92.160) para o Relator. No extrator 2.0 esta situação não ocorreu, até porque o processo já foi devidamente julgado em 19/05/2015 e baixado à Vara de origem desde 08/07/2015.

b) EG-499 05/12/16

Pelas novas regras do manual 1.2 (extrator 2.1) o movimento de "ENCERRADA A CONCLUSÃO" não será mais lido como uma restituição para a classe RECURSO. O nosso questionamento é: Como proceder quando, no Gabinete do Relator, houver a necessidade de elaboração de cálculos ou notificação da parte (quando o Relator opta por ele mesmo fazer a comunicação do ato sem remeter os autos para o 1º grau)? Se o movimento "Encerrada a conclusão" não retira mais da pendência e se os casos acima citados não se enquadram em decisões para relatar, e sim meros despachos, como interromper o prazo contado da distribuição?

c) EG-502 05/12/16

O processo 0001144-85.2015.5.05.0012 encontra-se disponibilizado ao MPT para emissão de parecer desde 23/08/2015. (92.128) Poderiam nos informar porque no mês de Novembro/2015, ao gerarmos o extrator 2.1, o mesmo surgiu como pendente com o relator (92.159)? Isto não ocorreu no mês de outubro/2015 com o extrator 2.0.

d) EG-505 06/12/16

O TRT5 esta realizando semana de inspeção processual instituída pelo Ato 382/2015, que define a suspensão de prazos para partes/expedientes, não afetando os prazos para os magistrados.

Surgiu a dúvida quanto a configuração dos parametros da tabela tb_calendario_eventos, pois pelo Manual do Extrator, temos a informação:

O cálculo do controle de prazos utilizará esta tabela para a verificação dos feriados ativos (in_ativo = 'S'), bem como a verificação dos dias de suspensão dos prazos processuais. Para tanto se utilizará dos campos in_feriado, in_judiciario e in_suspende_prazo quando algum deles estiver marcado com 'S'

Como preencher os parametros abaixo de modo a afetar apenas os expedientes mas não os itens de prazos para magistrados do e-Gestão?

in_feriado	=	"N"
in_judiciario	=	"N"
in_suspende_prazo = ?		

e) EG-508 06/12/16

Poderiam, por gentileza, nos informar qdo. serão atualizados os relatórios do eGestão afetados pelos itens novos, a exemplo do relatório LOMAN, itens Pendentes em Estudo NO PRAZO e PRAZO VENCIDO, nos quais seriam incluídos itens 92431 e 92432, respectivamente?

f) EG-536 12/12/16

Os processos listados na aba 'DETALHES-EXTRATOR' têm sentença liquidada marcada entre Jan 2015 e Dez 2015, porém não foram contabilizados pelo extrator de dados. Utilizamos, para isso a query do extrator 2.1 para validar essa informação. Fizemos essa conferência numa vara apenas: id_orgao_julgador=56.

g) EG-537 12/12/16

O processo 0001144-85.2015.5.05.0012 encontra-se disponibilizado ao MPT para emissão de parecer desde 23/08/2015. (92.128) Poderiam nos informar porque no mês de Novembro/2015, ao gerarmos o extrator 2.1, o mesmo surgiu como pendente com o relator (92.159)? Isto não ocorreu no mês de outubro/2015 com o extrator 2.0. Ressalto que isso está implicando em muitos processo vencido no tribunal, não seria melhor considerar o movimento encerrada a conclusão feita até 31/10/2015 como saída para recursos, mesmo utilizando-se do extrator 2.1 ?